



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: SISTEMA PLANTATION E BIOMAS

Roméria Soares Barbosa



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p1752-1768>

Artigo recebido em 18 de Dezembro e publicado em 18 de Fevereiro de 2026

ARTIGO DE REVISÃO

RESUMO

O artigo analisa o sistema *plantation* como modelo econômico estruturante da formação do território brasileiro, compreendendo-o para além de sua dimensão produtiva colonial e interpretando-o como matriz histórico-espacial de longa duração. Fundamentado na economia política e na geografia crítica, o estudo articula as contribuições teóricas de Caio Prado Jr. (2000), David Harvey (2013; 2004), Milton Santos (2006) e Bertha Becker (2013; 2005) para interpretar a relação entre expansão capitalista, produção do espaço e apropriação da natureza no Brasil. A metodologia aplicada foi a revisão bibliográfica e análise de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, MapBiomas, Instituto Nacional de Pesquisas – INPE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e outros. Os resultados indicam que o sistema *plantation* estruturou padrões duradouros de concentração fundiária, especialização produtiva regional e ocupação seletiva dos biomas, influenciando a expansão histórica das fronteiras agrícolas. Evidencia-se que o agronegócio contemporâneo representa uma reconfiguração tecnológica e financeira dessa lógica histórica, mantendo processos de pressão sobre os recursos naturais e desigualdades territoriais. Conclui-se que a compreensão da formação territorial brasileira exige a análise das permanências estruturais do modelo agroexportador para interpretar as dinâmicas atuais de uso do solo e transformação ambiental no país.

Palavras-chave: Organização territorial; Sistema *Plantation*; Biomas brasileiros; Agronegócio.



ABSTRACT

This article analyses the plantation system as an economic model that structured the formation of Brazilian territory, understanding it beyond its colonial productive dimension and interpreting it as a long-term historical-spatial matrix. Based on political economy and critical geography, the study articulates the theoretical contributions of Caio Prado Jr. (2000), David Harvey (2013; 2004), Milton Santos (2006) and Bertha Becker (2013; 2005) to interpret the relationship between capitalist expansion, production of space and appropriation of nature in Brazil. The methodology applied was a literature review and analysis of data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), MapBiomas, the National Institute for Space Research (INPE), the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa) and others. The results indicate that the plantation system structured lasting patterns of land concentration, regional productive specialisation and selective occupation of biomes, influencing the historical expansion of agricultural frontiers. It is evident that contemporary agribusiness represents a technological and financial reconfiguration of this historical logic, maintaining processes of pressure on natural resources and territorial inequalities. It is concluded that understanding the formation of Brazilian territory requires an analysis of the structural permanence of the agro-export model in order to interpret the current dynamics of land use and environmental transformation in the country.

Keywords: Territorial organisation; Plantation system; Brazilian biomes; Agribusiness.

Instituição afiliada – Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Autor correspondente: *Roméria Soares Barbosa*



1 INTRODUÇÃO

A formação territorial do Brasil esteve historicamente associada à consolidação de modelos econômicos voltados à produção de commodities destinadas ao mercado externo. Nesse processo, o sistema plantation configurou-se como base estruturante da organização territorial, caracterizado pela monocultura, pela grande propriedade fundiária, pela exploração intensiva do trabalho e pela forte dependência das dinâmicas do comércio internacional. Mais do que um sistema produtivo colonial, a plantation estabeleceu uma lógica duradoura de organização do espaço, influenciando a estrutura agrária, a distribuição regional das atividades econômicas e os padrões históricos de uso da terra.

Nesse contexto, o problema central do artigo consiste em compreender em que medida o sistema plantation pode ser interpretado como modelo econômico estruturante da formação territorial brasileira e de suas permanências nas dinâmicas contemporâneas. A expansão histórica das atividades agroexportadoras esteve associada à ocupação seletiva do território, à consolidação da concentração fundiária e à transformação ambiental em larga escala, processos que permanecem, ainda que reconfigurados, no contexto do agronegócio contemporâneo.

A relevância do estudo fundamenta-se na necessidade de compreender as bases históricas das desigualdades territoriais e dos padrões intensivos de uso dos recursos naturais, permitindo interpretar o território como resultado da expansão histórica do capital e da apropriação da natureza. O trabalho também dialoga com debates atuais sobre expansão das fronteiras agrícolas, transformação ambiental e desenvolvimento territorial.

Parte-se da hipótese de que o sistema plantation constituiu o principal modelo econômico estruturante da formação territorial brasileira, estabelecendo padrões duradouros de concentração fundiária, especialização produtiva regional e exploração intensiva dos recursos naturais, ainda presentes nas dinâmicas do agronegócio contemporâneo.

Diante disso, o objetivo geral do artigo é analisar o sistema plantation como modelo estruturante da formação histórica do território e de suas permanências nas dinâmicas atuais. Especificamente, busca-se analisar sua gênese na colonização,



compreender a relação entre economia agroexportadora e organização territorial, examinar a influência da estrutura fundiária nas desigualdades socioespaciais, identificar seus impactos históricos sobre os biomas e evidenciar permanências e reconfigurações dessa lógica no agronegócio contemporâneo.

2 METODOLOGIA

O estudo fundamenta-se em abordagem qualitativa, de natureza histórico-geográfica e interpretativa, orientada pelo método histórico-dialético, buscando compreender a formação territorial do Brasil a partir da relação entre economia, espaço e natureza. A construção analítica baseia-se na perspectiva crítica da produção do espaço, com destaque para as contribuições de David Harvey (2013; 2004), especialmente no que se refere à expansão geográfica do capital e à acumulação por espoliação, e de Milton Santos (2006), na compreensão do território como resultado histórico da articulação entre técnica, relações sociais e uso corporativo do espaço. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise de dados secundários produzidos por instituições oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, MapBiomas, Instituto Nacional de Pesquisas - INPE e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

O recorte temporal escolhido foi o período do século XVI ao século XXI, que permitiu analisar a formação do sistema *plantation* no contexto da colonização portuguesa, sua reconfiguração durante a modernização agropecuária do século XX e sua atualização no agronegócio contemporâneo. Esse recorte possibilita identificar continuidades estruturais e transformações nas formas de uso do território, organização produtiva e apropriação dos recursos naturais ao longo do tempo.

A delimitação espacial abrange o território nacional, com ênfase analítica nas principais regiões historicamente vinculadas à economia agroexportadora e à expansão da fronteira agrícola, incluindo a faixa histórica da Mata Atlântica, a expansão produtiva sobre o Cerrado e os processos recentes de avanço agropecuário na Amazônia.

A análise foi conduzida por meio de periodização histórico-estrutural e organização temática, articulando colonização territorial, regionalização produtiva, concentração fundiária, transformação dos biomas e reconfigurações contemporâneas do agronegócio. Dessa forma, a metodologia possibilita interpretar a formação territorial brasileira como resultado histórico da expansão do capital, da apropriação da natureza e da produção desigual do espaço geográfico.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A análise dos dados históricos e contemporâneos evidencia que a formação territorial brasileira esteve diretamente associada à consolidação e reconfiguração do padrão agroexportador ao longo do tempo. Os resultados demonstram que, desde o período colonial até o século XXI, a dinâmica produtiva orientada ao mercado externo atuou como elemento estruturante da organização espacial da produção, influenciando a especialização econômica regional, a expansão das fronteiras agrícolas e a distribuição desigual de infraestrutura, capital e tecnologia no território nacional. Observa-se que, embora tenha ocorrido diversificação produtiva e incorporação de novas tecnologias, manteve-se a centralidade das *commodities* agrícolas e minerais na inserção internacional do país, reforçando a permanência de assimetrias regionais e de padrões seletivos de uso e ocupação da terra (figura 1).

Figura 1 – Período histórico dos ciclos agroexportadores no Brasil
(Séc. XVI ao Séc. XXI)

Período histórico	Ciclo predominante	Produtos centrais	Evidência quantitativa
Século XVI – XVIII	Ciclo do açúcar	Açúcar, depois algodão e couro	O açúcar já estruturava a inserção do Brasil no comércio mundial desde o século XVI.
Início do século XIX (1821–1830)	Agroexportação diversificada (transição açúcar - café)	Açúcar, algodão, café	84,6% das exportações eram agropecuárias; açúcar (32,2%), algodão (20%), café (18,6%).
Final do século XIX – início do XX	Ciclo do café	Café + borracha (secundário)	Café (63,8%) das



			exportações; borracha (15,8%).
1850 - 1950 (auge café global)	Hegemonia cafeeira	Café	O Brasil produziu mais de 50% do café mundial nesse período.
Final do século XX – início do XXI	Transição para <i>commodities</i> modernas	Soja, carnes, açúcar, celulose	Soja (31,9%) das exportações no início do século XXI - (38,9%) em 2017.
Século XXI (fase atual)	Complexo de múltiplas <i>commodities</i>	Soja, carnes, açúcar, café, celulose, fibras	Agro 49% das exportações brasileiras (2024).

Fonte: MapBiomias (2024); Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA (2024; 2025); Secretaria de Comunicação Social – SECOM (2025); Agro Estádio (2025).
Org.: BARBOSA, 2026.

O quadro histórico permite observar a permanência do padrão agroexportador no Brasil. No ciclo açucareiro colonial e início do século XIX, o açúcar chegou a representar cerca de 30 a 32% das exportações brasileiras, evidenciando a forte especialização produtiva do litoral nordestino. Na fase de transição agroexportadora do início do século XIX, os produtos agropecuários já respondiam por aproximadamente 84% das exportações totais, com destaque para açúcar, algodão e café. Com a consolidação do ciclo cafeeiro ao longo do século XIX, o café ampliou progressivamente sua participação, saindo de 18,6% das exportações na década de 1820 para mais de 60% no final do século XIX, chegando a aproximadamente 63% da pauta exportadora, o que consolidou a centralidade econômica do Sudeste.

No século XXI, observa-se uma reconfiguração desse padrão com diversificação interna, porém mantendo a dependência de *commodities*: o agronegócio passou a representar 49% das exportações brasileiras, com destaque para o soja, carnes, açúcar e café. Dessa forma, ainda que a produção comercial tenham mudado ao longo do tempo, os percentuais demonstram a continuidade estrutural da inserção internacional baseada em produtos primários, evidenciando a relação direta entre agroexportação e regionalização produtiva do território brasileiro.

A economia agroexportadora estruturou historicamente a regionalização produtiva brasileira, mantendo elevada centralidade quantitativa do setor primário ao longo dos séculos. A expansão histórica da agropecuária brasileira não ocorreu de forma homogênea no território, mas associada às demandas do mercado internacional e à abertura sucessiva de fronteiras agrícolas.

A figura 2 ilustra ciclos estruturais que podem ser divididos em períodos: o ciclo *plantation* clássico (1850-1900) onde observa a base escravista, latifundiária e exportação primária. O ciclo agropecuário nacional (1900-1950) com o predomínio da interiorização produtiva e a formação do mercado interno. O ciclo da modernização conservadora (1950-1985) com ênfase para o crédito estatal e a Revolução Verde. E o ciclo neoagroexportador global (1985-2022) com as demandas de múltiplas *commodities*, a financeirização do território e as fronteiras ecológicas abertas.

Figura 2 – Expansão agropecuária e fronteiras agrícolas no Brasil (século XIX - XXI)

Período histórico	Área agropecuária estimada (milhões de há)	Crescimento no período	Região dominante da expansão	Principal agente
1850	25 (aproximadamente)	-----	Nordeste / Sudeste	<i>Plantation</i> açúcar + café inicial
1900	45 (aproximadamente)	+ 80%	Sudeste	Café + pecuária extensiva
1950	90 (aproximadamente)	+100%	Sudeste / Sul	Modernização agrícola inicial
1985	160 (aproximadamente)	+78%	Sul / Sudeste / Centro-Oeste inicial	Soja + Pecuária
2000	220 (aproximadamente)	+37%	Centro-Oeste	Soja + pecuária tecnificada
2022	282 (aproximadamente)	+28%	Centro-Oeste + Norte (fronteiras)	<i>Múltiplas Commodities</i>

Fonte: MapBiomias (1985–2023); IBGE (2022; 2024) (Monitoramento do Uso e Cobertura da Terra; LSPA), IPAM (2023); FAO (2024); INPE (2024).
Org.: BARBOSA, 2026.

A expansão da área agropecuária no Brasil apresenta trajetória estruturalmente contínua desde o século XIX, porém marcada por mutações qualitativas no padrão técnico e territorial de incorporação do espaço. Entre 1850 e 2022, a área agropecuária salta de aproximadamente 25 para 282 milhões de hectares o que demonstra a persistência histórica do padrão agroexportador como eixo de organização territorial. Entretanto, observa-se redução progressiva das taxas percentuais de crescimento a partir do final do século XX, porém persiste a expansão territorial associada à intensificação tecnológica, à financeirização da terra e à diversificação de *commodities*.

Paralelamente, o deslocamento espacial da expansão do eixo Nordeste/Sudeste

para o Centro-Oeste e, mais recentemente, para áreas de fronteira no Norte revela a clássica de mobilidade das fronteiras agrícolas, combinando saturação produtiva regional, abertura de novas áreas e crescente integração às cadeias globais de produção. Nesse sentido, os dados sugerem que a desaceleração relativa do crescimento territorial não representa ruptura com o padrão histórico de apropriação extensiva da natureza, mas sim sua reconfiguração sob bases técnico-científicas e financeiras, mantendo elevada pressão sobre os biomas e reforçando a centralidade do complexo agroexportador na formação territorial contemporânea.

Na figura 3 é possível observar a magnitude histórica da transformação territorial associada ao modelo econômico do sistema *plantation* e suas reconfigurações contemporâneas.

Figura 3 - Ciclos econômicos e modificação dos biomas no Brasil (1500–2024)

Período histórico	Base econômica dominante	Biomas mais impactados
1500–1800 (Ocupação litorânea, <i>plantation</i> escravista, exploração mineral)	Colonial extrativista e <i>plantation</i> (Pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração)	Mata Atlântica (principal), Caatinga (pecuária). Perda da cobertura original da Mata Atlântica: 70 a 85% até o século XX.
1800–1930 (Interiorização Sudeste, ferrovias, expansão fazendas)	Agroexportador imperial (Café, pecuária interiorização, borracha extrativa)	Interior da Mata Atlântica, Campos Sul, Cerrado inicial, consolidação do desmatamento no Sudeste e início da pressão sobre o Cerrado.
1930–1985 (Rodovias, Marcha para o Oeste, ocupação da Amazônia e Cerrado)	Industrialização e integração territorial (Pecuária extensiva, início da mecanização da agricultura, colonização agrícola)	Cerrado, Amazônia arco sul, Mata Atlântica residual. Perda de cerca de 20% das áreas naturais até 1985 (MapBiomas).
1985–2000 (Fronteira Amazônia e Cerrado)	Consolidação da fronteira agropecuária moderna (Pecuária extensiva, início da cultura do soja)	Amazônia, Cerrado. Início do ciclo de conversão territorial em larga escala.
2000–2014 (MATOPIBA, Arco do Desmatamento)	Expansão agroindustrial globalizada (Soja, milho, carne bovina,	Entre 1985–2022: perda de cerca de 96 milhões ha de vegetação nativa; redução da vegetação nativa de 75% para 64% do território.



	<i>commodities</i>)	
2015–2024	Agronegócio	Cerrado, Amazônia, Pampa. Perda total de 111,7
(Expansão agrícola,	financeirizado e crise	milhões ha de áreas naturais (aproximadamente
conversão de	climática	13% do território nacional).
pastagem em lavoura)	(<i>Commodities</i> globais,	
	intensificação tecnológica)	

Fonte: Elaborado com base em MapBiomias (Coleção 9, 2023), IBGE e literatura histórico-geográfica brasileira.
Org.: BARBOSA, 2026

Os dados ilustrados na figura 3 indicam que a modificação dos biomas no Brasil constitui processo histórico cumulativo associado à permanência do padrão extrativo-agroexportador, ainda que sob sucessivas reconfigurações técnicas e territoriais. Desde o período colonial, quando a exploração e o sistema plantation já haviam provocado perdas estimadas de 70% a 85% da Mata Atlântica original, até a contemporaneidade, observa-se intensificação da conversão ecológica em escala nacional. Entre 1985 e 2024, a perda de aproximadamente 111,7 milhões de hectares de áreas naturais (cerca de 13% do território nacional) evidencia que a modernização agropecuária e a globalização das *commodities* não romperam com a lógica histórica de apropriação extensiva da natureza, mas a reconfiguraram por meio da intensificação produtiva, expansão seletiva de fronteiras e reorganização espacial das cadeias agroindustriais.

Essa transformação dos biomas brasileiros expressa a produção histórica do território sob a lógica de expansão do capital, conforme interpretado por David Harvey (2004), ao evidenciar a incorporação contínua da natureza como fronteira de valorização. Paralelamente, confirma a leitura de Milton Santos (2006) sobre o território como resultado da articulação entre técnica, poder e uso econômico do espaço. No caso brasileiro, a transição do extrativismo colonial ao agronegócio financeirizado manteve a lógica estrutural de conversão ambiental, ainda que sob bases técnico-científicas e informacionais.

Os dados que indicam perdas superiores a 111 milhões de hectares de áreas naturais desde 1985 reforçam que a recente desaceleração relativa da expansão territorial não representa ruptura ecológica, mas sim aprofundamento de um modelo híbrido que combina intensificação produtiva, financeirização da terra e deslocamento



contínuo das fronteiras agrícolas sobre biomas estratégicos, reproduzindo historicamente a inserção dependente do país no sistema econômico global.

Figura 4 - Complexo neoextrativista e novas *commodities* do Brasil contemporâneo

Se to r Es tr ut ur al	Pri nci pai s <i>Co m mo diti es</i>	Indicadores quantitativos recentes	Ten dên cia estr utu ral
Co m m od iti es ag ríc ol as tra dic io na is (n eo - pl an tat io n)	Soja, milho, carnes, açúcar, café, celulose	Soja = 31,6% das exportações do agronegócio (2024); carnes = 15,3%; açúcar-etanol = 13,5% Exportações do soja podem superar 100 milhões t/ano (2025)	Con soli daç ão do Bra sil co mo gra nde forn ece dor ali me ntar glo bal; exp ans ão terr itori al



			sob
			re
			Cer
			rad
			o e
			Am
			azô
			nia
			Ref
			orç
			o
			da
			dep
			end
			ênci
			a
			de
			de
			ma
			nda
			asiá
			tica
			(esp
			ecia
			lme
			nte
			Chi
			na)
Co	Mi	Minérios e escórias = 10,4% (aproximadamente) das exportações totais (2024)	Inte
m	nér		gra
m	io		ção
od	de		co
iti	ferr		m
es	o,		cad
mi	ba		eias
ne	uxi		ind
rai	ta,		ustr



s	níq		iais
es	uel,		glo
tra	cob		bais
té	re		e
gic			tran
as			siçã
			o
			ene
			rgét
			ica
Co	Pet	Combustíveis minerais e petróleo = 17% (aproximadamente) das exportações totais	Exp
m	ról	brasileiras (2024)	ans
m	eo		ão
od	bru	Exportações de petróleo atingiram 814 mil barris/dia (aproximadamente) no 3º tri	do
iti	to	2025	pré-
es	e		sal
en	der		e
er	iva		au
gé	dos		me
tic			nto
as			das
fó			exp
ss			orta
eis			çãoe
			s
			par
			a
			Ásia
			Con
			solli
			daç
			ão
			do
			Bra
			sil
			co
			mo



			exp
			orta
			dor
			ene
			rgét
			ico
			glo
			bal
Co	Líti		Inse
m	o,	América do Sul pode triplicar geração renovável até 2050, com Brasil liderando	rçã
m	nió	expansão	o
od	bio		do
iti	,		Bra
es	ter		sil
en	ras		nas
er	rar		cad
gé	as,		eias
tic	silíc		da
as	io,		tran
da	bio		siçã
tra	ma		o
nsi	ssa		ene
çã	en		rgét
o	erg		ica
en	étic		glo
er	a		bal
gé			
tic			
a			
(e			
m			
er			
ge			
nt			
es)			
Ba	Agr	Somam 70,8% (aproximadamente) do total exportado (2024)	
se	o,		Fort
es	Mi		alec



tr	ner	ime
ut	açã	nto
ur	o e	do
al	Ene	pad
ag	rgi	rão
re	a	agr
ga		o-
da		min
da		era
pa		dor
ut		
a		
ex		
po		
rta		
do		
ra		

Fonte: Elaborado com base em dados de comércio exterior e energia: World's Top Exports (2024); Ministério da Agricultura e Pecuária (2024); Reuters (2025); literatura sobre transição energética na América do Sul (2025).
Org.: BARBOSA, 2026

Os dados exibidos na figura 4 indicam que a pauta de exportações do Brasil continua majoritariamente focada em produtos primários e semiprocessados, apesar da diversificação interna entre setores estratégicos. No agronegócio, há uma alta concentração em algumas cadeias produtivas. O complexo da soja representa cerca de 31 a 33% das exportações do setor, seguido pelas carnes com aproximadamente 15%, pelo setor sucroenergético com 12 a 13% e pelos produtos florestais com cerca de 10%. Isso demonstra que apenas quatro grandes grupos concentram a maior parte da renda das exportações agrícolas do país.

Paralelamente, na estrutura geral do comércio exterior, os combustíveis minerais e petróleo representam aproximadamente 17% das exportações totais, enquanto minérios e produtos minerais respondem por cerca de 10%, reforçando a centralidade dos recursos naturais na economia nacional. De forma agregada, as principais categorias exportadoras ligadas ao neoagroexportador concentram cerca de



70% da pauta exportadora brasileira, indicando forte especialização produtiva em *commodities*. Esses percentuais revelam que, embora o país apresente diversificação setorial interna, incluindo *commodities* energéticas e minerais estratégicas associadas à transição energética, mantém-se estruturalmente dependente da exportação de recursos naturais, caracterizando uma reconfiguração do modelo *plantation* para um padrão neoextrativista integrado, no qual agricultura, mineração e energia passam a operar de forma articulada na inserção do Brasil na economia global.

Neste contexto, o Brasil mantém uma forte base agroexportadora, porém com transformações qualitativas: o núcleo da inserção internacional passa a articular cadeias agroindustriais exportadoras, minérios estratégicos e energia, consolidando um padrão neoextrativista integrado. Esse arranjo combina a lógica territorial historicamente associada ao *plantation* com a crescente integração às cadeias globais de mineração e energia, reforçando a dependência externa e ampliando a pressão sobre biomas e fronteiras agrícolas. Dessa forma, observa-se não uma ruptura, mas uma reconfiguração do padrão primário-exportador, agora sustentado por maior densidade tecnológica, financeirização das cadeias produtivas e ampliação da centralidade das *commodities* estratégicas na inserção internacional do país.

4 CONCLUSÃO

A análise realizada demonstra que a formação territorial do Brasil expressa historicamente a articulação entre expansão econômica, produção do espaço e apropriação intensiva da natureza, tendo o sistema *plantation* como matriz estruturante desse processo. Os resultados quantitativos evidenciam que a conversão de vegetação nativa em áreas agropecuárias ocorreu de forma contínua e cumulativa ao longo dos ciclos econômicos, confirmando que a ocupação territorial esteve diretamente associada à lógica de produção voltada ao mercado externo e à consolidação de estruturas fundiárias concentradas.

Os percentuais derivados das bases do MapBiomas reforçam essa interpretação ao demonstrar a redução progressiva da cobertura vegetal nativa e a expansão proporcional das áreas destinadas à agropecuária, especialmente a partir da segunda metade do século XX e com aceleração no período recente. Esse



comportamento quantitativo confirma que a expansão produtiva não ocorreu apenas como transformação econômica, mas como reconfiguração estrutural dos sistemas naturais, consolidando um padrão territorial marcado pela substituição sistemática dos biomas por usos produtivos.

Os dados apresentados neste artigo dialogam diretamente com as formulações de David Harvey (2004, 2013), ao evidenciar o território como dimensão estratégica da dinâmica de acumulação do capital, na qual a expansão das fronteiras agrícolas opera como mecanismo de reprodução ampliada e absorção de excedentes. Em paralelo, conforme a leitura de Milton Santos (2006), os resultados quantitativos confirmam o uso corporativo do território, caracterizado pela incorporação seletiva de técnicas modernas e pela manutenção de estruturas históricas de desigualdade socioespacial.

No contexto contemporâneo, embora o agronegócio apresente elevada densidade tecnológica, financeira e logística, os percentuais de expansão agropecuária e de retração da vegetação nativa indicam a permanência da lógica estrutural agroexportadora. Assim, os dados quantitativos corroboram que a modernização produtiva não rompeu com o padrão histórico de uso econômico do território, mas o atualizou sob novas bases técnicas e financeiras.

Conclui-se, portanto, que a formação territorial brasileira revela uma continuidade histórica entre colonialidade, agroexportação e financeirização do uso da natureza, evidenciada tanto pela interpretação teórica quanto pelos indicadores percentuais de mudança de uso e cobertura da terra. Desse modo, o território permanece como suporte material central da reprodução do capital, ao mesmo tempo em que concentra os principais vetores de desigualdade socioambiental.

5 REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **A urbe amazônida: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**.



São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FEARNSIDE, Philip M. **Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2005.

FEARNSIDE, Philip M. **Deforestation of the Brazilian Amazon**. In: WOHL, Ellen (ed.). Oxford Research Encyclopedia of Environmental Science. Oxford: Oxford University Press, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199389414.013.102>. Acesso em: 13 fev. 2026.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **FAOSTAT: Crops and livestock products**. Rome: FAO, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas de ecossistemas: espécies ameaçadas de extinção no Brasil: 2014-2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/28920-contas-de-ecossistemas.html>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2026

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/cobertura-e-uso-da-terra.html>. Acesso em: 10 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:



<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html>. Acesso em: 10 fev. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Monitoramento do Desmatamento da Amazônia por Satélite (PRODES)**. São José dos Campos: INPE, 2023. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/prodes>.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). DETER – **Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real**. São José dos Campos: INPE, 2023. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter/deter>. Acesso em: 16 fev. 2026

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Projeto PRODES – **Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite**. São José dos Campos: INPE, 2024. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). **Agropecuária avança sobre vegetação nativa no Brasil: análise MapBiomas**. Brasília: IPAM, 2023. Disponível em: <https://ipam.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MAPBIOMAS. **Coleção de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Projeto MapBiomas – Coleção 8**. São Paulo: MapBiomas, 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MAPBIOMAS. **Área de agropecuária no Brasil cresceu 50% nos últimos 38 anos**. São Paulo: MapBiomas, 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/en/2023/10/06/area-de-agropecuaria-no-brasil-cresceu-50-nos-ultimos-38-anos/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomas – Coleção de mapas anuais de cobertura e uso da terra do Brasil**. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 9 fev. 2026.

NOBRE, Carlos A. et al. **Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm**. Proceedings of the National Academy of Sciences, Washington, v. 113, n. 39, p. 10759–10768, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1605516113>. Acesso em: 13 fev. 2026.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAJÃO, Raoni et al. **The rotten apples of Brazil's agribusiness**. Science, Washington, v. 369, n. 6501, p. 246–248, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.aba6646>. Acesso em: 13 fev. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São



Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STRASSBURG, Bernardo B. N. et al. **Moment of truth for the Cerrado hotspot**. *Nature Ecology & Evolution*, London, v. 1, n. 4, art. 0099, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41559-017-0099>. Acesso em: 13 fev. 2026.